

STJ00120451

**ORGANIZADORES**  
**JORGE RENATO DOS REIS**  
**JULIANA FOLLMER BORTOLIN LISBOA**

# **INTERSECÇÕES JURÍDICAS ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO**

**OS NEGÓCIOS JURÍDICOS SOB REGULAÇÃO DO  
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE**



**EDITORA ÍTHALA**  
**CURITIBA – 2023**

**CONSELHO EDITORIAL**

**Alexandre Godoy Dotta** – Doutor e mestre em Educação. Especialista em Administração, Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico. Licenciado em Sociologia e Pedagogia. Bacharel em Tecnologia.

**Ana Claudia Santano** – Pós-doutora em Direito Público Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad de Salamanca, Espanha.

**Daniel Wunder Hachem** – Professor de Direito Constitucional e Administrativo da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo.

**Emerson Gabardo** – Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-PR. Professor Associado de Direito Administrativo da UFPR. Doutor em Direito do Estado pela UFPR com Pós-doutorado pela Fordham University School of Law e pela University of California - UCI (EUA).

**Fernando Gama de Miranda Netto** – Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

**Professor Adjunto de Direito Processual da Universidade Federal Fluminense** e membro do corpo permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia e Direito da mesma universidade.

**Ligia Maria Silva Melo de Casimiro** – Doutora em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP. Professora de Direito Administrativo da UFC-CE. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA e coordenadora Regional do IBDU.

**Luiz Fernando Casagrande Pereira** – Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Coordenador da pós-graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo. Autor de livros e artigos de processo civil e direito eleitoral.

**Rafael Santos de Oliveira** – Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e graduado em Direito pela UFSM. Professor na graduação e na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenador do Curso de Direito e editor da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global e da Revista Eletrônica do Curso de Direito da mesma universidade.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

161 Interseções jurídicas entre o público e privado: os negócios jurídicos sob regulação do princípio constitucional da solidariedade / organização de Jorge Renato dos Reis, Juliana Follmer Bortolin Lisboa – Curitiba: Íthala, 2023.  
160p.; 22,5cm

Vários colaboradores  
ISBN: 978-65-5765-191-9  
1. Solidariedade. 2. Direito público. 3. Direito privado. 4. Direito à cidade. 5. Interseções jurídicas. I. Reis, Jorge Renato dos (org.). II. Lisboa, Juliana Follmer Bortolin (org.).

CDD 340.1 (22.ed)  
CDU 3 40

1263967

Editora Íthala Ltda.  
Rua Pedro Nolasko Pizzatto, 70  
Bairro Mercês  
80.710-130 – Curitiba – PR  
Fone: +55 (41) 3093-5252  
Fax: +55 (41) 3093-5257  
<http://www.ithala.com.br>  
E-mail: [editora@ithala.com.br](mailto:editora@ithala.com.br)

Capa: Antônio Dias  
Revisão: Aurora Alves  
Diagramação: Luana Julião Weldt

**abdr**   
Respeite o direito autorais!

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores a emissão de conceitos publicados na obra. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Íthala. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

## SUMÁRIO

### **A PESSOA HUMANA E O DIREITO À CIDADE SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE..... 11**

1. Introdução .....	11
2. Breve introdução à urbanização, ao direito à moradia e à realidade brasileira .....	13
3. O direito à cidade de Lefebvre e a vida em sociedade.....	17
4. O paradigma da solidariedade concretizando a dignidade humana e o direito à cidade.....	21
5. Conclusão .....	26
Referências .....	27

Jorge Renato dos Reis | Juliana Follmer Bortolin Lisboa

### **O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE COMO FERRAMENTA DE EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA..... 29**

1. Introdução .....	29
2. O princípio constitucional da solidariedade .....	30
3. A dignidade da pessoa humana.....	33
4. O instituto da regularização fundiária .....	36
5. Conclusão .....	39
Referências .....	40

Jorge Renato dos Reis | Bárbara Santiago de Lima

### **O DIREITO FUNDAMENTAL À CIDADE URBANIZADA SOB À LUZ DO PARADIGMA DO SOLIDARISMO..... 43**

1. Introdução .....	43
2. O direito fundamental à cidade urbanizada .....	44
3. O paradigma do solidarismo.....	49
4. Conclusão .....	54
Referências.....	55

Jorge Renato dos Reis | Marcela Araujo Jantsch

**INTERSECÇÕES JURÍDICAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NUM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS AMBIENTAIS E O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE: NOTAS INTRODUTÓRIAS..... 59**

1. Introdução .....	59
2. As mudanças climáticas em contexto contemporâneo .....	60
3. O princípio da solidariedade e a questão ambiental .....	62
4. Conclusão .....	63
Referências.....	65

Jorge Renato dos Reis | Ricardo Luiz Boettcher

**A SOLIDARIEDADE NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL..... 67**

1. Introdução .....	67
2. A função social da propriedade .....	68
3. A regularização fundiária de interesse social .....	70
4. Solidariedade social .....	71
4.1. Solidariedade .....	71
4.2. Princípio constitucional da solidariedade .....	74
4.2.1. Princípio da solidariedade social no direito à moradia .....	75
5. Conclusão .....	77
Referências.....	78

Joslaine Valzelir de Menezes Santos

**DIREITO À PRIVACIDADE E O ALCANCE DO DIREITO DOS HERDEIROS SOBRE O PATRIMÔNIO DIGITAL DEIXADO PELO DE CUJUS ..... 81**

1. Introdução .....	81
2. Direito à privacidade.....	82
3. A transmissão sucessória da herança digital e a proteção ao direito à privacidade do falecido .....	85
4. Conclusão .....	90
Referências.....	92

Maitê Damé Teixeira Lemos | Letícia Joana Müller

**O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DO DEVEDOR FIDUCIANTE NO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PREVISTO NA LEI N. 9.514/1997 SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO SOCIAL À MORADIA..... 95**

1. Introdução .....	95
2. A alienação fiduciária de bens imóveis: aspectos conceituais a partir da Lei n. 9.514/1997.....	97
3. Do procedimento extrajudicial previsto na Lei n. 9.514/1997 e da necessidade da regular intimação do devedor fiduciante para o exercício do direito de preferência na alienação fiduciária de bens imóveis: análise doutrinária e jurisprudencial ....	99
4. Direito fundamental à moradia e dignidade da pessoa humana .....	104
5. Conclusão .....	106
Referências.....	107

Luiza Scapin | Karol Elis Kellermann Rohde

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA UTILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE COMO FUNDAMENTO PARA A INSTRUMENTALIDADE DOS CONTRATOS ENVOLVENDO AS RELAÇÕES FAMILIARES..... 109**

1. Introdução .....	109
2. A superação da dicotomia direito público <i>versus</i> direito privado por meio do princípio constitucional da solidariedade.....	110
3. Principais características das entidades familiares contemporâneas .....	112
4. Limites e possibilidades nos negócios jurídicos provenientes de relações familiares e a utilização do princípio constitucional da solidariedade.....	115
5. Conclusão .....	119
Referências.....	120

Maitê Damé Teixeira Lemos | Roger Wiliam Bertolo

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.357: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB O VIÉS DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE ..... 123**

1. Introdução ..... 123

2. Princípio constitucional da solidariedade..... 124

3. Estatuto da pessoa com deficiência e a educação inclusiva ..... 125

4. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 5.357 ..... 128

5. Conclusão ..... 130

Referências..... 131

Priscila de Freitas | Christian Branco

**SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO VIABILIZADOR DE NEGÓCIOS JURÍDICOS EXTRAJUDICIAIS: UMA ANÁLISE DA GRATUIDADE NOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS ..... 133**

1. Introdução ..... 133

2. O princípio constitucional da solidariedade como balizador para a sociedade e para o direito..... 135

3. O direito notarial e registral solidarista sob a ótica constitucional Brasileira.. 138

4. Conclusão ..... 141

Referências..... 142

Ricardo Anderson Rios de Souza Martins | Henrique Missau Ruviero

**A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS EXPRESSOS PELAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ..... 143**

1. Introdução ..... 143

2. Desenvolvimento nacional e o princípio da solidariedade social..... 144

3. A caracterização das parcerias público-privadas como negócios jurídicos .. 146

4. A concretização do princípio da solidariedade nas parcerias público-privadas ..... 149

5. Conclusão ..... 152

Referências..... 152

Suelem da Costa Silva

**ÍNDICE ALFABÉTICO..... 155**